

# Conferência apresenta propostas para fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional

Seg 09 dezembro

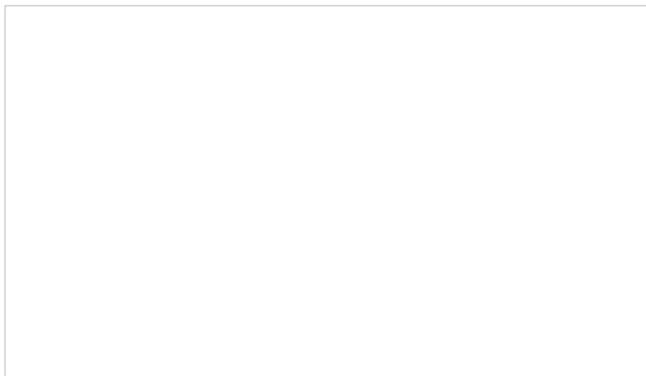
Trinta propostas para fortalecer a Segurança Alimentar no estado foram sugeridas durante a 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, finalizada no fim de semana, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

As sugestões levantadas pelos delegados eleitos nas etapas regionais agora serão encaminhadas para a análise do [Governo de Minas Gerais](#), por meio da [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social \(Sedese\)](#). Elas poderão ser convertidas em políticas públicas que atendam às demandas da sociedade, além de subsidiar ações do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) do Estado, que integrarão o Plano Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (Plesans).

Dentre as sugestões está, por exemplo, o fomento e apoio técnico do Estado para a agricultura familiar e a produção agroecológica, com o objetivo de reduzir a pobreza no campo e garantir alimentos saudáveis e sustentáveis na mesa do mineiro.

Para o presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG), Elido Bonono, a produção agroecológica é o caminho para a alimentação saudável. “Todos os eixos temáticos trataram da produção agroecológica. Ligada a ela, você também tem que ter assistência técnica e financiamento público do Programa Nacional da Agricultura Familiar para que esse agricultor possa ter tecnologias para produzir o alimento”, afirma.

Para isto, também foi discutida a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar Nutricional (Plesans), para nortear as políticas públicas de fomento à agricultura familiar, preservação ambiental e geração de renda no setor. A



*Crédito: Divulgação / Sedese*

manutenção do Consea-MG foi outro ponto reiterado pelos delegados e técnicos da área.

Bonono ainda cita a importância da criação de um banco de sementes crioulas para reduzir a pobreza no campo, além de defender a revisão do modelo de agricultura baseada na monocultura (plantio de uma única cultura).

“Quando falamos em agroecologia, a antítese disso é o fortalecimento da agricultura baseada no

monocultivo e nos agrotóxicos, e esse modelo tem de ser revisto. Nós temos que pensar em um modelo de produção de alimentos a que todos possam ter acesso, mas que tenha qualidade e não contamine o meio ambiente e a saúde”, argumenta.

O superintendente de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional da Sedese, Henrique Carvalho, ressalta que a realização da VII Conferência de Segurança Alimentar foi especialmente importante por representar dois grandes marcos. O primeiro por afirmar o compromisso desse novo governo com a preservação dos direitos básicos, através do diálogo com a sociedade civil; o segundo marco, por sua vez, é a concretização de diretrizes que nortearão as políticas públicas nos próximos quatro anos.

“O problema da fome, ainda presente no Brasil e em Minas, exige uma resposta abrangente do Estado em parceria com municípios, governo federal e sociedade civil. A conferência foi o primeiro passo dessa articulação e permitirá o desenvolvimento de ações mais próximas às reais necessidades. O resultado foi muito proveitoso e temos, a partir dos documentos elaborados, um arsenal poderoso de combate a este que é um dos mais dramáticos problemas sociais do Brasil”, finaliza.

## **Balanço**

Dividido em três eixos de discussão, “Participação e Controle Social”, “Desigualdade, pobreza e fome” e “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: Estratégia de Desenvolvimento Sustentável”, o evento reuniu cerca de 300 pessoas, entre delegados eleitos nas etapas regionais, convidados e observadores.

Entre os participantes estava a conselheira pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, Renata Siviero. “A meu ver, todas as propostas que saíram contemplaram o que o Estado já vem dizendo sobre a redução e eliminação dos agrotóxicos, o cuidado com a água, ou seja, foram ao encontro do tema da conferência, que foi 'Por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional'”, afirma.

Para ela, os dois dias de conferência foram de representação. “Esse é um momento muito especial, no qual a sociedade civil pode se manifestar e dizer o que acha importante para a construção de políticas públicas, além de ser importante processo para o fortalecimento do Consea e das políticas de segurança alimentar e nutricional”, completa.